

**A. I. N°** - 210564.0086/09-6  
**AUTUADO** - PRIME COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA.  
**AUTUANTE** - MANOEL DONIZETE DE SÁ TELES  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/NORTE (POSTO FISCAL JOÃO DURVAL CARNEIRO)  
**INTERNET** 04.04.2011

#### **5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF N° 0047-05/11**

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO. PAGAMENTO DO DÉBITO COM DESISTÊNCIA DA DEFESA. Extinção do processo administrativo fiscal Pagamento de parte do débito, com as reduções e benefícios da Lei nº 11.908/10 (Lei da Anistia Fiscal). Reconhecimento das infrações pelo contribuinte após a protocolização da impugnação administrativa. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado em 29.12.2009, no trânsito de mercadorias, para exigir ICMS em razão da falta de recolhimento do imposto referente à antecipação parcial, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado.

Imposto lançado: R\$ 1.286,14, acrescido de multa de 60%, prevista no art. 42, inc. II, letra “d”, da Lei nº 7.014/96.

Para subsidiar o lançamento tributário foi lavrado Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos apensado às fl. 09/10 dos autos.

O contribuinte, após ser regularmente intimado do Auto de Infração, ingressou com defesa (fls. 26 a 27), firmada por seu sócio, o sr. Carlos Augusto Abdalla Azi, representante legal da pessoa jurídica, conforme procuração juntada à fl. 50 do PAF.

Pediu o cancelamento do Auto de Infração ao argumento de que o imposto exigido no presente lançamento já se encontrava recolhido, no dia 29/12/2009, através de procedimento fiscal instaurado pelo próprio autuante, tentando demonstrar, assim, que houve equívoco da autoridade fiscal, que estaria a exigir novamente tributo já pago. Juntou à peça defensiva DAE, à fl. 30, que demonstra o pagamento da quantia de R\$ 823,12, sendo R\$ 614,45 a título de ICMS e R\$ 308,67, a título de multa por infração.

O autuante presta informação fiscal à fl. 56, pedindo a procedência total do Auto de Infração. Aduziu que em 29/12/2009, fora lavrado o A.I. nº 210564.0086/09-6, por se encontrar o contribuinte descredenciado para o pagamento da antecipação parcial nos prazos definidos na legislação. Todavia, naquela ocasião, foi concedida de forma equivocada a redução de 60% da base de cálculo, que é garantida tão-somente para os contribuintes em situação regular, de acordo com o previsto no art. 352-A, § 4º, do RICMS/Ba.

Após a constatação do equívoco, disse que o Auto de Infração foi refeito, apurando-se o valor de R\$ 2.057,87, sendo, todavia, não considerado o crédito de R\$ 823,12, pago em 29/12/2009, para a quitação do débito lançado originalmente.

Solicita a procedência parcial do lançamento tributário, considerando a parcela de ICMS já paga pelo contribuinte, remanescendo a recolher a quantia de R\$ 629,71, compreendendo imposto e multa, tudo conforme detalhado no demonstrativo acostado à fl. 57 dos autos.

Às fls. 59 a 62 do processo foram anexados relatórios originários dos sistemas informatizados da SEFAZ-Ba, com a indicação de que o imposto exigido no presente Auto de Infração fora recolhido integralmente, sendo que a parcela remanescente do débito, foi quitada em 31/05/2010, com os benefícios da Lei da Anistia Fiscal. Consta, portanto, nos sistemas da SEFAZ-Ba, que o Auto de Infração se encontra “baixado” por pagamento.

## VOTO

O contribuinte, após a protocolização da defesa, segundo consta dos relatórios anexados aos autos às fls. 59 a 62, efetuou o pagamento do total do Auto de Infração, no valor de R\$ 1.286,14, sendo a parcela de R\$ 514,45, paga em 29/12/2009, com o acréscimo da multa de R\$ 308,67, conforme DAE juntado à fl. 30. Remanesceu ainda a quantia de R\$ 771,69, paga com as reduções e benefícios da Lei nº 11.908/2010 (Lei da Anistia Fiscal), parcela esta recolhida em 31/05/2010.

Dessa forma, mesmo depois da discussão travada no processo acerca da exigência fiscal com as intervenções do autuado e do autuante, houve o reconhecimento pelo sujeito passivo da procedência da imposição fiscal, em sua totalidade, efetuando o pagamento do imposto e acréscimos legais, sendo que parte do débito foi quitado, com as reduções previstas na Lei nº 11.908/10 (Lei da Anistia Fiscal). O referido ato de reconhecimento constitui confissão de cometimento da infração tributária. Com isso, o ato de impugnação do sujeito passivo deve ser considerado prejudicado, visto que o posterior pagamento do débito fiscal, ainda que efetuado com as reduções de lei, constitui explícita manifestação do desejo de desistência da ação administrativa.

Ante o exposto, voto pela EXTINÇÃO do processo administrativo fiscal, devendo, entretanto, serem homologados os valores recolhidos pelo sujeito passivo.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a Defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **210564.0086/09-6**, lavrado contra **PRIME COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA.**, devendo o recorrente ser cientificado da presente Decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fins de homologação do pagamento efetuado inclusive, aqueles com os benefícios da Lei nº 11.908/10 e, após, o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de março de 2010.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA - JULGADOR